

GUBERNAMENTALIDAD Y EDUCACIÓN: NUEVAS TÁCTICAS, VIEJAS TRABAS EN EL PROCESO DE ESCOLARIZACIÓN

PIRES, Marcelo Correa¹

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEdU/CCHS
marcelo_ped@hotmail.com.br

Título do del Proyecto: “Projeto Master: Entre os nós da Governamentalidade e o resgate do prestígio da Escola Pública”.

Director de Tesis: Antônio Carlos do Nascimento Osório

Resumen

El presente trabajo tiene como uno de los propósitos presentar un ensayo teórico de una investigación en desarrollo en el Grupo de Estudos nos Referenciais de Michel Foucault (GEIARF), a partir de la acción de la gubernamentalidad, conforme el presupuesto metodológico de Michel Foucault contenida en la elaboración e implantación del “Projeto Máster”, un subprograma del Plan de Acción Pedagógica-“Resgate do Prestígio da Escola Pública”- en el Estado de Mato Grosso do Sul, bienio 1989-1990, en Brasil. Se trata de una investigación descriptiva y empírico-analítica, con procedimientos técnicos para la investigación de cuño cualitativo. Los análisis realizados tuvieron como sustentación la busca documental y entrevistas realizadas en red social, con egresos que frecuentaron la institución escolar a más de veinte años. Las informaciones levantadas y el referencial indicaron la necesidad de analizar la red de gobernabilidad de la educación, en los últimos años de la década de 1980 y el inicio de 1990, el periodo en que se desarrolló la propuesta. A partir del principio que la gobernabilidad sugiere el rescate de elementos que compusieron los procesos de aquella época, requirió estudiar la formación del nuevo Estado y la posdivisión, puntuando entre los artefactos las tácticas políticas que fabricaron la escuela pública en Mato Grosso do Sul. Los resultados iniciales apuntan que las intervenciones políticas en el campo educacional, revelan nuevas tácticas y viejas trabas en el proceso de escolarización, permanentes hasta los días actuales, teniendo como estrategia la compleja red de poder que reglamenta la población por los cálculos y tácticas de gobierno.

Palabras clave: Gubernamentalidad; Escuela pública; Plan de acción pedagógico.

GOVERNAMENTALIDADE E EDUCAÇÃO: NOVAS TÁCTICAS, VELHOS ENTRAVES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

PIRES, Marcelo Correa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGEdU/CCHS
marcelo_ped@hotmail.com.br

Título do Projeto de Mestrado: “Projeto Master: Entre os nós da Governamentalidade e o resgate do prestígio da Escola Pública”.

Orientador: Antônio Carlos do Nascimento Osório

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

RESUMO

O presente trabalho tem como um dos propósitos apresentar um ensaio teórico de uma investigação em andamento no Grupo de Estudos nos Referenciais de Michel Foucault (GEIARF), a partir da ação da governamentalidade, conforme pressuposto metodológico de

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Michel Foucault, contida na elaboração e implantação do “Projeto Máster”, um subprograma do Plano de Ação Pedagógica - “Resgate do Prestígio da Escola Pública” – no Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 1989-1990, no Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva e empírico-analítica, com procedimentos técnicos para a investigação de cunho qualitativo. As análises realizadas tiveram como sustentação a pesquisa documental e entrevistas realizadas em rede social, com egressos que frequentaram a instituição escolar a mais de vinte anos. As informações levantadas e o referencial adotado indicaram a necessidade de analisar a rede de governabilidade da educação, nos dois últimos anos da década de 1980 e início de 1990, o período em que se operacionalizou a proposta. A partir do princípio que a governabilidade sugere o resgate de elementos que compuseram os processos daquela época, requereu estudar a formação do novo Estado e a pós-divisão, pontuando dentre os artefatos as táticas políticas que fabricaram a escola pública em Mato Grosso do Sul. Os resultados iniciais apontam que as intervenções políticas no campo educacional, revelam novas táticas e velhos entraves no processo de escolarização, permanentes até os dias atuais, tendo como estratégia a complexa rede de poder que regulamenta a população pelos cálculos e táticas de governo.

Palavras-chave: Governamentalidade; Escola pública; Plano de ação pedagógico.

Ao analisar a constituição do Projeto Máster – Instituto de Educação de Campo Grande, que se inseria no objetivo de promover o “[...] resgate do prestígio da escola pública”, percebe-se toda uma rede de poder-saber sobre a qual a escola é fabricada, sendo ela também uma distinta instituição responsável pela manutenção dessa sociedade local que estava posta.

Diante dessa realidade é preciso compreender as redes institucionais entre o saber e o poder lido pelo Instituto de Educação de Campo Grande, no sentido de analisar elementos contidos na releitura daqueles que participaram da proposta e suas formas de entender a extinção do Projeto, chegando até ser alterado o nome da Escola, naquilo que Foucault denomina governamentalidade, como ações de interesses pessoais, em detrimento dos interesses sociais, e em que medida os discursos se tornam acontecimentos e passam à condição de realidade, a partir de alguns autores e das respostas das entrevistas.

Em certa medida, os mecanismos de poder permitem entender como, por quem, de que forma, segundo quais perspectivas foi pensada a educação em Mato Grosso do Sul. Partindo do pressuposto metodológico de Foucault, os efeitos das relações de poder contribuem para mostrar os de saber que são produzidos pelas sociedades, por intermédio das práticas sociais, com vista a um sujeito.

Segundo Foucault (2008, p. 5):

[...] o que faço não é, afinal de contas, nem história nem sociologia, nem economia. É uma coisa que, de uma maneira ou de outra, e por razões simplesmente de fato,

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

tem a ver com a filosofia, isto é, com a política da verdade, porque não vejo muitas outras definições para a palavra “filosofia” além dessa. Trata-se da política da verdade, Pois bem, na medida em que se trata disso, e não de sociologia, não de história nem de economia, vocês veem que a análise dos mecanismos de poder, essa análise tem, no meu entender, o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta.

O estudo da governamentalidade permite desvelar as táticas e os cálculos que são utilizados para regular a população, conseqüentemente, no caso, o Instituto de Educação de Campo Grande. A partir dos interesses privados do poder público perpetua-se o desvio da função educativa. Se não bastasse isso, as reformas ou propostas de ação pedagógicas são quase sempre produzidas no bojo de interesses difusos, ditos sociais, e necessários à população, entretanto, conforme comentam Osório, Russi & Gonçalves (1991, p. 292, grifo dos autores):

[...] quem conhece não decide, quem vive uma realidade não é ouvido, quem decide não sabe. ‘No Brasil, essa situação reflete um processo mais amplo que é a dependência da economia nacional do capital estrangeiro’. O que conseqüentemente contribui para não se alcançar solidez e consistência nos projetos educacionais.

Apoiado no pensamento de Foucault, deve se levar em conta a configuração histórica que permitiu ao Estado ter o poder de governar a população, independente das propostas em andamento, definindo o que deve e o que não se deve fazer, por exemplo, com e pela instituição escolar, nesse caso, o Instituto de Educação de Campo Grande. Elucida o tipo de sociedade que temos, que para ele é controlada pelos dispositivos de segurança, um tipo de objeto da descrição genealógica.

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalização, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (Foucault, 2005, p. 292).

Ao retomar ao Projeto Máster – Instituto de Educação de Campo Grande, independente de estar certo ou errado, a ameaça e a compreensão dos poderes pela própria substituição de governo já conduziam o Projeto a uma penalidade — sua extinção —, sem saber o que era ou deixava de ser.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

O depoimento a seguir semeia essa compreensão, quando a Diretora do Ensino Regular e Desenvolvimento Educacional/CGE/SE/MS, na época, comenta:

O Projeto defendia a melhoria da qualidade de ensino, por meio de uma proposta pedagógica e organização que acolhessem alunos oriundos das escolas públicas [...]. Assim essa escola seria uma espécie de um grande laboratório de toda a rede estadual de ensino, inicialmente, trabalhando para melhoria do processo de seu próprio grupo, ou seja, sua turma se transformava em objeto de pesquisa, aprofundando os estudos e encaminhamento nela mesmo, mas da mesma forma que fazia isso ela teria que dar o retorno para as escolas públicas, a fim de que elas também pudessem ampliar suas práticas pedagógicas. [...] evoluía a proposta e pesquisa no Instituto, [...] inclusive com relação a disponibilidade de horário integral para o professor, o que não chegou a consolidar.

Houve duras críticas por parte dos professores e dos alunos que não faziam parte do Projeto, pois alegavam que recebiam menos educação e o Instituto era muito elitizado, era para poucos. Isso revela que há possibilidades da falta de informação, produzir discursos negativos, pois os interesses passam a ser outros, embora seja um Estado democrático, não respeita opiniões diferentes sobre os mesmos fatos. Esses discursos se materializam e passam a ser acontecimentos, como verdades instituídas pelas práticas sociais.

Uma vez que o ideal do Projeto Máster não era apenas ter o Instituto de Campo Grande como um laboratório isolado, mas aberturas de espaços que propusessem mudança para as escolas da Rede, a fim de não ter só alguns alunos ou professores envolvidos na mudança da escolarização, e que envolvesse todas as escolas estaduais, gradativamente, a partir de uma gestão democrática, participativa e descentralizada, tendo em vista uma transformação social da realidade do Estado, isso passou a ser incompreensível, no sentido que era necessário eliminar as ameaças que estavam postas.

Sobre isso, a Diretora do Ensino Regular e Desenvolvimento Educacional/SEE/MS resume:

Cada escola seria um Núcleo do Projeto, assim você não tiraria o aluno lá do seu ambiente, ele como trabalhador sairia do seu local de trabalho e iria para um local próximo de sua casa, então se mapearia todas as escolas e elas seriam polos do grande projeto para fazer esse tipo de trabalho. A organização deveria ser composta por teatro e espaço físico adequado, laboratórios, etc. Além disso, como forma de consideração do professor, haveria reuniões pedagógicas, a fim de construir a proposta pela própria escola. Os resultados comprovaram que houve uma projeção dos alunos que participaram do Máster, pois muitos deles foram para as universidades públicas, pois o projeto visava a formação integral do sujeito, formação básica de ensino dando condição para o trabalho, como também uma formação numa perspectiva política. Hoje essa proposta já esta institucionalizada, como se vê na proposta das escolas de tempo Integral, mas não é cumprida por que não há competência política nem pedagógica, pois as proposta pedagógicas não são

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

construídas, mas pacotes prontos comprados de alguém, e o Máster não foi pacote comprado de ninguém, não foi modelo do Rio ou São Paulo, mas foi construído por professores daqui. (grifo nosso).

Portanto, uma escola trabalhando para a melhoria de toda a Rede Estadual de Ensino. A intervenção do Instituto se dava, no início, com os alunos, por causa da proporção de vagas, uma brecha ao discurso do preconceito, embora tivesse o objetivo final de expandir a todas escolas de 2º Grau (hoje Ensino Médio), conforme já vinha ocorrendo com o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), desde 1988, em treze municípios.

Isso exige retomar a governamentalidade definida por Foucault (1985; 2005): uma posição “analítica do poder”, uma posse, com sedimentação desenvolvida, na qual a confluência de forças estratégias plurais (governo e sua burocracia e sociedade organizada) passam a atuar no tecido social, pelos discursos de forma dissolvida, embora não haja uma concentração, fomentando assim o acontecimento que no caso é o fechamento da escola.

Ainda sobre o término do Projeto Máster, os entrevistados comentam que:

Essa crítica aconteceu desde o início. Você nota que hoje há um projeto do MEC de aferir a qualidade da escola pública mais eu entendo que o nosso projeto é muito mais avançado que o deles. Após entrar a nova Secretaria de Educação, que era da área de educação e eu não era, ela entra com a ideia que era discriminatória, embora não fosse do ponto de vista social era do ponto de vista intelectual, então ela acabou com o projeto. (Ex-Secretário de Estado de Educação).

O governo a que ele se refere é a retomada do poder pelo ex-governador Pedro Pedrossian, conjuntamente com o grupo que se dizia da área de educação e tinha ocupado os cargos desde a divisão do Estado até a entrada do deputado na SEE/MS, em 1988. Ressalta-se que as práticas desse grupo, embora tivesse discursos marcados pelas mudanças, sempre foram, desde a divisão do Estado de Mato Grosso, orientadas pelas táticas de autoritarismo e revanchismo, exercendo poderes em um modelo jurídico-penal.

O ex-Secretário explica:

O Governo que assumiu era de outro partido, outra corrente que era refrataria ao projeto, secou a fonte e acabou o projeto, sendo abortado precocemente antes de maturar. Infelizmente na educação tem muitos projetos que começam e não terminam. Daí a nossa pressa em implantar com certa rapidez, para que ele, dando os bons resultados, prosperasse. E ele deu resultado logo no primeiro ano. Não vejo no mundo político uma vontade de mudar a educação, e vejo dentro da estrutura educacional um corporativismo que tem medo de uma mudança mais profunda, pois uma educação de qualidade amedronta políticos e até educadores. Infelizmente os projetos quando muda governo, muda a filosofia toda, mudam as prioridades. Então na educação é muito comum interromper projetos relevantes, tantos governos quanto

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

cooperação não tem muito interesse, com um misto de medo e às vezes um pouquinho de desconfiança. O novo sempre gera desconfiança.

Essas dinâmicas do poder público podem ser consideradas de dispositivos de segurança, enquanto táticas de regulação da sociedade, a qualquer preço, nem que seja em seu prejuízo, mas que marque um domínio peculiar do privado, e se apresentam um tanto mais sutis e eficazes do que as leis que tinham por objetivo proibir e a disciplina que tinha o objetivo de prescrever e retomar a ordem acabando com as ameaças de transformação do próprio Instituto de Educação de Campo Grande que se representava na época, como um dispositivo de segurança.

Foucault (2008, p. 61) afirma:

No dispositivo de segurança [...] parece-me que se tratava justamente de não adotar nem o ponto de vista do que é impedido, nem o ponto de vista do que é obrigatório, mas distanciar-se suficientemente para poder aprender o ponto em que as coisas vão se produzir sejam elas desejáveis ou não. Ou seja, vai-se procurar reaprendê-las no plano da sua natureza ou, digamos – essa palavra não tinha, no século XVIII, o sentido que lhes damos hoje em dia -, vai-se toma-las no plano da sua realidade efetiva. E é a partir dessa realidade, procurando apoiar-se nela e fazê-la atuar, fazer seus elementos atuar uns em relação aos outros, que o mecanismo de segurança vai (funcionar). Em outras palavras, a lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde-anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança.

Como dispositivo de segurança, o Projeto Máster foi um mecanismo adotado pela SEE/MS, pois, indiscutivelmente, foi responsável por assumir uma função que não é apenas a de promover o processo de escolarização por meio de ação educativa comprometida, mas muito mais, por fazer parte dessa sociedade política, impor, no âmbito individual e coletivo, valores, verdades e maneiras de viver, além possibilitar escolhas de se profissionalizar, despertando não só ideologias, mas posturas e procedimentos de normalização em vistas a uma transformação social.

Comenta ainda Gadelha (2009, p. 179-180):

Em primeiro lugar, lembremos que a pedagogia, a educação e a escola foram e ainda são frequentemente acionadas como elementos auxiliares, complementares e às vezes até mesmo essenciais, para a viabilização de iniciativas, programas e/ou campanhas que envolvam seja o esclarecimento, a prevenção e outros cuidados com a saúde das massas, particularmente da população infanto-juvenil (campanhas de vacinação, de higiene bucal, programas de nutrição infantil, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, educação física, etc), seja a instrumentalização para o mundo do trabalho (ensino técnico e profissionalizante) e, ainda, políticas voltadas

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

para a segurança pública (serviços de auxílio na regularização da documentação, educação física, educação moral e cívica, campanhas de prevenção ao uso de drogas, de desarmamento, etc).

Quanto ao que se deveria então esperar de uma escolarização que atendesse a necessidade de saber e os benefícios dos avanços em níveis de escolaridades, não deve ser abandonado como se não houvesse mais nada a fazer. Entretanto, é importante que se conheça toda essa rede de poder-saber que está por trás da idealização dos projetos educacionais em um estado governamentalizado, o qual se utiliza da escola como um importante espaço, responsável por preparar as massas para viverem nele. Nem que seja para alienação, que não foi o caso do Instituto de Educação de Campo Grande.

Considerações Finais Possíveis

Essa constatação não deverá imobilizar a luta por utilizar a escola como um forte de resistência política aos tentáculos de poderes temporários. Sabe-se que a escola ainda é um lócus privilegiado por acomodar em seu espaço boa parte da população, entre alunos, pais, professores e funcionários, por um período relativamente grande, porém com propostas claras e os objetivos evidentes.

Então, é necessário romper com a visão ingênua de lutar por uma escola pública pelo puro idealismo. É uma guerra constante, desenhada por batalha em cada momento, o que implica recolhimentos e outros avanços. Isso servirá para sustentar um Estado regulamentado por táticas e cálculos da governamentalidade, e, principalmente, pelo fomento de outras possibilidades de avanços.

Enfim, esta pesquisa, visa servir de base para os cidadãos em suas relações e seus exercícios políticos e sociais, durante suas existências, destacando os mecanismos que regulamentam essa sociedade por meio de confrontos, resistências, controle e sujeições constantes, dos mecanismos de governamentalidade, comprovando assim que sempre será possível articular um projeto educacional capaz de desprender das teias do poder, ou pelo menos, sobreviver nelas, nem que seja em um espaço temporal pequeno.

Com isso se comprova que a escola pública sempre será viável, desde que haja vontade política (que quase nunca ocorre pelos nossos governantes) e consiga romper os entraves de uma rede complexa de poder que envolve os burocratas da educação, do governo

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

e da própria representação social da sociedade, que criticam, mas não apresentam propostas de mudanças.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. (1985). *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, v. 1.
- FOUCAULT, M. (2005). *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008). *Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- GADELHA, S. (2009). *Biopolítica, Governamentalidade e Educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- OSÓRIO, A. C. N.; Russi, D. S. & Gonçalves, M. E. O. (1991). Caracterização e avaliação do ensino de 2º grau: análises das incongruências na preparação não profissionalizante e profissionalizante para o trabalho no 2º grau da Rede de Ensino Estadual de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande; Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- OSÓRIO, A. C. N. (2000). Educação no Mato Grosso do Sul. In: Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação. Ponta Porã, MS, 3-7 dez.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membro do Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq).